

Controle interno público referente a ingressos e dispêndios existentes no RREO do governo federal brasileiro, nos anos de 2017 a 2021: uma análise de efeitos contingenciais sobre o orçamento

O respectivo estudo busca analisar a sistemática do controle interno público e o impacto de efeitos contingenciais referente a ingressos e dispêndios, presentes no orçamento brasileiro. Para isso foi realizado o levantamento de receitas e despesas a partir do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) do governo federal dos anos de 2017 a 2021, além de variáveis independentes para auferir efeitos contingenciais sobre o orçamento. A pesquisa se deu, portanto, por meio da análise de dados secundários com tabelas, comparando a receita e despesa pré-fixada versus a pós-fixada, além do modelo de regressão linear simples e análise descritiva. Os resultados mostram a discrepância do previsto para o executado nos ingressos e dispêndios públicos. Além da influência de variáveis socioeconômicas sobre as despesas pagas e receitas realizadas. No caso dos dispêndios pagos as variáveis mais significativas foi projeção da população (significância de 0,01) e despesas com salários (significância de 0,02), já os ingressos têm destaque para o índice de commodities agropecuárias (R^2 0,96), projeção da população (R^2 0,92) e PIB (R^2 0,89). Cabe ressaltar ainda nos resultados, o equilíbrio orçamentário de receita versus despesas realizadas em média quase em desequilíbrio, no âmbito do Governo Federal no período de 2017 a 2021. Portanto o controle interno público não ocorre a contento e necessita ser melhor desenvolvido.

Palavras-chave: Orçamento; Ingressos; Dispêndios; Controle; Governo Federal.

Public internal control regarding income and expenditure existing in the Brazilian federal government's RREO, in the years 2017 to 2021: an analysis of contingency effects on the budget

The respective study seeks to analyze the systematics of public internal control and the impact of contingent effects related to income and expenditures, present in the Brazilian budget. For this, a survey of revenues and expenses was carried out from the Summary Report of Budget Execution (SRBE) of the federal government from 2017 to 2021, in addition to independent variables to obtain contingency effects on the budget. The research was carried out, therefore, through the analysis of secondary data with tables comparing fixed income and expenses versus post-fixed, in addition to the simple linear regression model and descriptive analysis. The results show the discrepancy between forecast and execution in public income and expenditure. In addition to the influence of socioeconomic variables on paid expenses and realized income. In the case of expenses paid, the most significant variables were the population projection (significance of 0.01) and expenses with salaries (significance of 0.02), while income is highlighted by the agricultural commodities index (R^2 0.96), population projection (R^2 0.92) and GDP (R^2 0.89). It is also worth mentioning in the results, the budgetary balance of revenue versus expenses carried out on average in imbalance, within the scope of the Federal Government in the period from 2017 to 2021. Therefore, public internal control does not occur satisfactorily and needs to be better developed.

Keywords: Budget; Income; Expenses; Control; Federal Government.

Topic: **Contabilidade Pública**

Received: **05/01/2023**

Approved: **10/02/2023**

Reviewed anonymously in the process of blind peer.

Amanda Campos Carvalho 

Instituto de Educação Superior Raimundo Sá, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/1729829891425397>
<https://orcid.org/0009-0004-3833-883X>
camposamanda970@gmail.com

Francisco Antônio Gonçalves de Carvalho 

Universidade Federal do Piauí, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/8203626763018987>
<https://orcid.org/0000-0002-0805-0286>
f.antoniodecarvalho@hotmail.com

James José de Brito Sousa 

Instituto de Educação Superior Raimundo Sá, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/7323405416351024>
<https://orcid.org/0000-0002-5631-9163>
james.cespi@hotmail.com

Sonia Maria Bezerra 

Instituto de Educação Superior Raimundo Sá, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/8988249342377738>
<https://orcid.org/0000-0002-2808-1194>
mariabezerrasonia@outlook.com



DOI: 10.6008/CBPC2179-684X.2023.001.0006

Referencing this:

CARVALHO, A. C.; CARVALHO, F. A. G.; SOUSA, J. J. B.; BEZERRA, S. M.. Controle interno público referente a ingressos e dispêndios existentes no RREO do governo federal brasileiro, nos anos de 2017 a 2021: uma análise de efeitos contingenciais sobre o orçamento. *Revista Brasileira de Administração Científica*, v.14, n.1, p.77-89, 2023. DOI: <http://doi.org/10.6008/CBPC2179-684X.2023.001.0006>

INTRODUÇÃO

A princípio a contabilidade pública era meramente voltada a questões orçamentárias, isto é, o sistema orçamentário se sobressaia em relação aos demais de maneira complexa e voltada apenas ao cumprimento do princípio da legalidade, que é fazer tudo conforme a lei e nada fora da lei, sem a reflexão dos gastos na qualidade da gestão.

Na administração pública, o princípio da eficiência se faz preponderante para o bom desempenho público orçamentário. E o controle de gastos e ingressos públicos é significativo para o cumprimento do referido aspecto. Para Lima Filho et al. (2020) a gestão do orçamento necessita ser eficiente e econômica para que haja melhores resultados nos gastos com políticas públicas de modo a evitar problemas como, falta ou excesso de recursos em alguma demanda da população. Nesse sentido a análise dos ingressos e dispêndios públicos no que toca ao controle e observação do comportamento destas é encargo preponderante deste estudo.

Entende-se que fatores contingenciais, como pandemias ou guerras, principalmente na era da globalização, afetam o controle interno orçamentário. Para Lima Filho et al. (2021), “A teoria contingencial parte da premissa de que fatores contingenciais afetam a dinâmica das organizações.” Então, buscando observar o efeito contingencial sobre o orçamento público, surge a seguinte problemática: Como ocorre o controle interno orçamentário e que fatores contingenciais exercem influência sobre ingressos e dispêndios do governo federal nos anos de 2017 a 2021?

Dessa forma, para solucionar o questionamento acima, o objetivo geral desta pesquisa é analisar os ingressos e dispêndios prefixados com os pós-fixados, por meio de comparações e identificar fatores contingenciais que influíram no processo de controle orçamentário do governo federal nos anos de 2017 a 2021. Os objetivos específicos compreendem a realizar o levantamento de receitas e despesas públicas do governo federal através do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), dos anos de 2017 a 2021. Também se pretende aplicar coeficientes de análise para averiguar a sistemática de controle na execução financeira durante períodos dentro da normalidade, bem como também, em anos de crise.

O presente trabalho se justifica visto que os recursos públicos, provenientes em sua maioria de tributos pagos pela população, devem atender as demandas da sociedade em geral. Nesse sentido o estudo do controle orçamentário, para assegurar a proficiente administração de recursos, se faz fundamental. Soares et al. (2021) afirmam que o gasto público com qualidade ocorre a partir de orçamentos bem distribuídos e políticas públicas inteligentes. Portanto, a pesquisa visa trazer efeitos benéficos para a gestão e contabilidade pública, com uma administração de recursos mais eficientes e contribuir para um melhor planejamento e execução de subsídios. Pretende também agregar valor para a literatura do tema.

A metodologia para o desenvolvimento desse estudo corresponde a natureza exploratória por meio da análise documental, com dados secundários e quantitativos, do período de 2017 a 2021 no Brasil. Para examinar os documentos é utilizado tabelas comparativas, além da regressão linear simples e análise descritiva.

A estrutura da pesquisa está dividida em quatro partes: a introdução, apresenta uma síntese do trabalho; o referencial teórico, que traz contextualização teórica sobre o assunto, especificando sobre a contabilidade aplicada ao setor público com ênfase nas receitas e despesas públicas controladas durante adversidades externas; a metodologia, que evidenciam todo processo desta pesquisa; e na sequência a exposição e análise documental das tabelas confeccionadas com informações do RREO da gestão federal brasileira; por fim as considerações finais que expõe as principais inferências sobre o assunto em estudo.

REFERENCIAL TEÓRICO

Controle Interno público mediante fatores contingenciais

No mundo organizacional o controle é uma imprescindível ferramenta de gestão. Na administração pública é um essencial mecanismo não só para o combate a corrupção, mas também para promover uma melhor gestão pública.

Devido a sua importância, o controle é abordado e cobrado por legislações diversas como a Lei de Responsabilidade Fiscal (101/2.000), lei dos orçamentos públicos (4.320/64), além da própria constituição. Conti e carvalho (2011 p. 202, 203) traz o seguinte posicionamento sobre controle:

A concepção de *controle* é apontada pelos estudiosos de Administração Pública como diversa nos países latinos e anglo-saxões. No primeiro caso, é sinônimo de “verificação ou exame”, consoante se pode constatar dos conceitos ora mencionados; já no segundo, de “guia, impulso corretivo”, demonstrando a ideia de proatividade na prática anglo-saxã, pois se preocupa mais em prevenir erros do que apenas julgar ou condenar após o seu cometimento. Os doutrinadores dessa seara ligam a função de controle com o planejamento governamental, de forma que serviria como um instrumento de aferição da boa condução dos objetivos delimitados.

O controle sob a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial das entidades administrativas diretas e indiretas, se desdobra em controle interno e externo. O controle externo é realizado pelo tribunal de contas da união com a função de auditoria e julgamento das contas fornecidas pelos administradores.

O sistema controle interno ocorre dentro da entidade administrativa pública através de funcionários próprios da entidade pública. Além de analisar a legitimidade e legalidade dos fatos, esta forma de controle busca observar a economicidade e a ocorrência de entradas e saídas de recursos para adequar ao planejado e promover melhorias no próximo ciclo orçamentário.

No setor público, a cadeia de planejamento inicia-se pelo plano diretor a partir de orientação estratégica do governo. Em seguida vem o Plano Plurianual (PPA), com duração de quatro anos, a Lei de Diretrizes Anual (LDO), que determina as prioridades, e a Lei Orçamentaria Anual (LOA) que dispõe sobre as ações públicas.

Esse tipo de controle é primordial para o cumprimento do princípio da eficiência e legalidade de que fala a constituição de 1988. Sendo que existem departamentos próprios de controle dentro da fazenda pública. E há os sistemas de controle interno que estão correlacionados com o modo de agir, trabalhar e manusear os recursos. De acordo com a NBC T 16.8 o controle interno é classificado nas seguintes categorias:

- (a) operacional - relacionado às ações que propiciam o alcance dos objetivos da entidade;
- (b) contábil - relacionado à veracidade e à fidedignidade dos registros e das demonstrações contábeis;
- (c) normativo - relacionado à observância da regulamentação pertinente.

Já a Lei de Responsabilidade Fiscal – 101/ 2.000 estabelece no seu artigo 59 que o sistema de controle interno de cada poder e o ministério público deve dar ênfase nos seguintes aspectos:

I - Atingimento das metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias; II - limites e condições para realização de operações de crédito e inscrição em Restos a Pagar; III - medidas adotadas para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite, nos termos dos arts. 22 e 23; IV - providências tomadas, conforme o disposto no art. 31, para recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos respectivos limites; V - destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições constitucionais e as desta Lei Complementar; VI - cumprimento do limite de gastos totais dos legislativos municipais, quando houver.

Já a função do controle interno está correlacionada a muitos aspectos do processo administrativo, e basicamente é regular a execução por meio de requisitos preestabelecidos, manter o padrão desejado, e evitar desvios.

Portanto o sistema de controle interno é uma ferramenta que pode ser interpretada de várias visões como: dentro do aspecto gerencial e normativo (observação da lei), sendo que não deve ser confundido com os órgãos públicos de controle interno. Sua função consiste em verificar o planejamento com o ocorrido, para tomada de decisão e a finalidade de promover melhorias na administração de recursos.

Na Contabilidade aplicada ao setor público (CASP), existem subsistemas organizacionais. Dentre eles está o subsistema de informações orçamentárias. Esse sistema é o responsável justamente pelo planejamento e execução de recursos públicos, e pelo confronto entre o planejado versus o executado. Ele registra, processa e evidencia atos e fatos. De acordo com Peres et al. (2020):

O foco no orçamento permite olhar tanto para a redução da desigualdade medida pela renda monetária, quando se analisam os gastos federais em previdência e assistência social (transferências de renda), como para a desigualdade em sua dimensão do acesso a serviços públicos, quando a análise recai sobre os gastos com saúde e educação.

Este subsistema é composto pelo balanço orçamentário que confronta receitas e despesas, executa assim melhor controle e identifica o que passou do orçado. Além do elemento acima citado o compõe, também, o relatório resumido da execução orçamentária dentro do respectivo subsistema. Sua importância é tamanha que possui seção própria na Lei de Responsabilidade Fiscal, sendo elemento imprescindível na transparência orçamentaria e controle de ingressos e dispêndios. Vigora sobre todos os poderes e o ministério público e deve ser publicado trinta dias após o fim de cada bimestre. É composto por elementos do balanço orçamentário.

Então pode-se afirmar que esse subsistema permite que haja o controle interno público orçamentário de ingressos e dispêndios. São muitos os desafios para manter o controle público. O mais desafiador são os fatores contingenciais.

De acordo com a ótica da teoria contingencial, mudanças internas e externas afetam a dinâmica das organizações. Esta teoria analisa como as entidades respondem a mudanças externas e internas variadas como: competição de mercado, recursos tecnológicos, variações socioambientais, culturais e dentre outros.

Além disso, afirma que o processo de gestão depende da variação do ambiente. Filho; Martins; Peixe (2021 p. 42) afirmam que “De maneira geral, o cerne da teoria contingencial é que as organizações, públicas ou privadas, são afetadas por fatores contingenciais externos ou internos.”

A pandemia do Covid-19 teve início mundialmente no dia vinte de janeiro de 2020, pela declaração de emergência na saúde pública internacional emitida pela Organização Mundial da Saúde (OMS). E foi um fator contingencial externo que impactou significativamente a economia global. O setor público de maneira similar ao privado passou por instabilidades internas e desafios de gestão e controle. Os avanços tecnológicos também é exemplo de um causador de adversidades, tonando obsoleto máquinas e maneiras de resoluções e trazendo inovação.

METODOLOGIA

População do estudo

A República Federativa do Brasil, âmbito dessa pesquisa, é composta pela união dos estados, municípios e distrito federal. Os estados totalizam vinte e seis, já os municípios são cinco mil quinhentos e setenta. O distrito federal é uma das regiões administrativas do Brasil, porém a administração que ocorre na capital da república é diferenciada, tendo em vista que abriga uma assembleia capaz de afeta toda a nação. De forma mais específica, este estudo aborda os ingressos e dispêndios e outros aspectos orçamentário e social a nível da união, governo federal, abrangendo informações sobre todo o Estado.

Seleção e levantamento dos objetos estudados

Esta pesquisa ocorreu com natureza exploratória por meio da análise documental, com dados secundários e quantitativos, do período de 2017 a 2021. Para Gil (2017):

A pesquisa documental é utilizada em praticamente todas as ciências sociais e constitui um dos delineamentos mais importantes no campo da História e da Economia. Como delineamento, apresenta muitos pontos de semelhança com a pesquisa bibliográfica, posto que nas duas modalidades utilizam-se dados já existentes. A principal diferença está na natureza das fontes.

O período foi escolhido estrategicamente para melhor refletir os anos normais, 2017 a 2019, com os anos em crise 2020 e 2021. Os objetos de estudo foram coletados de setembro a outubro de 2022, sendo que pertencem essencialmente ao âmbito orçamentário do Governo Federal Brasileiro com respaldo nos ingressos e dispêndios públicos. O Governo Federal é responsável por boa parte da administração do Estado, sendo o principal provedor da ordem e progresso nacional, sua sede está localizada em Brasília no Distrito Federal.

O levantamento dos ingressos e dispêndios ocorreu pelo RREO localizado na STN; As informações referentes ao Produto Interno Bruto (PIB), projeção da população, Cadastro Central de Empresas e Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) foram coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) anos finais foi colhido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP); Já o índice de commodities

agropecuárias e taxa Selic foi obtido pelo Banco Central.

As despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos, despesas com salários e encargos do pessoal, restos a pagar, créditos adicionais, despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, investimentos temporários em longo prazo, receitas tributárias, e gasto com amortização da dívida (interna e externa) foram extraídos do Balanço Patrimonial Geral da União também localizado na STN; Por fim, as importações e exportações brasileiras foram levantadas no site do Mercosul.

Mecanismos de análise

O presente estudo foi desenvolvido através da análise de regressão simples com o intuito de verificar a dependência e significância, bem como, auferir a relação e impacto explicativo de cada uma das variáveis independentes com as dependentes: receitas realizadas e despesas pagas.

Além deste meio de avaliação, também foi utilizado à análise descritiva para sintetizar os dados observando seu comportamento, sendo ela composta pelas Médias, Desvio Padrão (DP) e os extremos mínimo e máximo. Foi visto ainda o saldo orçamentário entre receitas realizadas menos receitas previstas atualizadas e despesas pagas com dotação inicial atualizada. O cálculo da Regressão Linear Simples ocorre a partir da seguinte equação matemática 01:

$$Y = \alpha + \beta.X + u \quad (01)$$

Em que Y é a variável dependente métrica em estudo, já α (alfa) representa o ponto da reta em que X é igual à zero sendo que pode ser nomeado como intercepto constante ou coeficiente linear. O símbolo β (beta) trata-se do coeficiente angular que mede o grau de impacto sobre Y, e X é a variável independente ou explicativa também chamada de métrica ou *dummy*. Por fim, u refere-se à margem de erro, representa variáveis X que poderiam ter sido incluídas no estudo, porém não foram.

A ferramenta de regressão linear simples dispõe de alguns resultados de análise, dentre os principais tem-se a significância, que determina se a variável independente explica ou não a dependente, para que tenha significância o resultado deve ser abaixo de 0,05. Já o R^2 retrata a capacidade ou nível explicativo em uma escala de 0 a 1 entre a variável em estudo e as explicativas. Além destes há ainda o erro padrão que pode ser para mais ou para menos, quanto mais próximo de zero menor é a margem de erro.

Além disto, o erro tende a ter margem maior quando apenas uma variável independente é analisada por vez, no entanto o R^2 é vai apresentar valores mais exatos tendo em vista que é possível verificar o impacto individual de cada variável no modelo de regressão simples. Sendo que, na análise de regressão linear múltipla e utilizado várias variáveis independentes no momento do cálculo, já na simples é utilizado uma variável independente por vez para obter resultados em relação a uma dependente.

RESULTADOS

Apresentação e análise da tabela orçamentária: receitas previstas versus receitas realizadas

De acordo com a tabela 1, foi previsto pela Lei Orçamentária Anual em 2017 uma receita de

3.415.431.200,00 reais, no entanto foram arrecadados efetivamente 2.568.608.879,00 reais, que corresponde à aproximadamente 75% da previsão inicial e atualizada.

Tabela 1: Receita prevista versus receita realizada.

| Ano | Dotação Inicial | Despesas executadas | Despesas pagas | Dotação inicial – Despesa paga |
|------|-----------------|---------------------|----------------|--------------------------------|
| 2017 | 3.415.431.200 | 2.583.727.159 | 2.483.711.771 | 931.719.429 |
| 2018 | 3.504.921.083 | 2.757.365.928 | 2.620.860.745 | 884.060.338 |
| 2019 | 3.262.199.304 | 2.846.794.895 | 2.710.911.121 | 551.288.183 |
| 2020 | 3.565.520.100 | 3.718.144.687 | 3.535.314.337 | 30.205.763 |
| 2021 | 4.161.236.549 | 4.047.014.379 | 3.861.162.269 | 300.074.280 |

Em 2018 a receita realizada ainda não atingiu o valor que deveria, faltando 16% para o desejado, pois o previsto foi de 3.506.421.083,00, já o realizado equivaleu a 2.940.681.728,00. No ano de 2019 o valor efetivamente arrecadado ainda não atingiu a meta, faltando uma diferença de 271.340.131,00 reais para igualar ao valor planejado.

Já em 2020 a receita realizada se sobressaiu ao previsto em aproximadamente 103%, já que a receita realizada correspondeu a 3.669.970.021,00 e o antevisto tratou-se de 3.565.520.100,00 reais. Por fim, no ano de 2021, houve um superávit de 99.208.357,00 reais passando do previsto em 2%.

Portanto os ingressos públicos de fato recolhidos não alcançaram o valor determinado durante três anos consecutivos, 2017 a 2019, no entanto, observou-se que a partir de 2020 a receita não só atingiu a meta, como a superou ocasionando um superávit, o que leva a concluir a influência de algum fator externo para essa quebra de paradigma.

Apresentação e análise da tabela orçamentárias: Dotações iniciais versus despesas pagas

Conforme tabela 2, foi estimado, de acordo com os ingressos e demanda da população, uma dotação inicial em 2017 de 3.415.431.200,00, no entanto foi pago efetivamente um valor abaixo do esperado: 2.483.711.771,00 que corresponde a cerca de 70% do previsto.

Tabela 2: Dotação inicial versus despesas pagas.

| Ano | Previsão inicial | Receita realizada | Realizado – Previsto |
|------|------------------|-------------------|----------------------|
| 2017 | 3.415.431.200,00 | 2.568.608.879,00 | -846.822.321,00 |
| 2018 | 3.506.421.083,00 | 2.940.681.728,00 | - 565.739.355,00 |
| 2019 | 3.262.209.304,00 | 2.990.869.173,00 | - 271.340.131,00 |
| 2020 | 3.565.520.100,00 | 3.669.970.021,00 | 104.449.921,00 |
| 2021 | 4.181.004.169,00 | 4.280.212.526,00 | 99.208.357,00 |

No ano de 2018, de forma similar a 2017, a despesa paga não atingiu o máximo estipulado, pois o valor de fato ocorrido correspondeu a 75% do esperado, faltando 25% para o limite. Em 2019 a despesa de fato ocorrida se aproximou um pouco mais do previsto, já que correspondeu a 83% da dotação inicial restando 17% para atingir o valor de 3.262.199.304,00 reais.

O ano de 2020 de forma extraordinário praticamente atingiu o limite já que correspondeu a 99% do orçado, apenas 1 % restou, em reais sobrou somente 30.205.763,00. Os valores efetivamente pagos caíram em 2021 quando comparados com o estimado, tendeu a se normalizar ou adequar-se aos três primeiros anos

do estudo, pois atingiu 93% do valor de 4.161.236.549,00 reais.

Então se observa que os dispêndios pagos nunca chegaram a atingir o orçado durante os cinco anos analisados neste estudo, porém em 2020 o valor quase chegou a atingir o previsto, faltando apenas 1% para que se concretizasse o limite de gasto. Em 2021 o valor pago tem uma queda em relação ao total permitido inicialmente voltando quase ao percentual de distância do orçado similar aos três primeiros anos do estudo.

Análises de regressão simples, variável dependente: receita realizada

Dentre as variáveis explicativas observa-se que houve o destaque das commodities agropecuárias com a mais eficiente significância, correspondente a 0,003, além do R² de 0,96, o maior dentre as variáveis.

Tabela 3: Regressão simples receita realizada.

| Variáveis Independentes | Significância | R – Quadrado | Erro padrão |
|--------------------------------|----------------------|---------------------|--------------------|
| PIB | 0,014852 | 0,895324 | 2,55 |
| População | 0,009499 | 0,921853 | 2,2 |
| IDEB | 0,035249 | 0,81701 | 3,37 |
| Investimentos | 0,04321 | 0,791656 | 3,59 |
| Commodities agro | 0,003048 | 0,963053 | 1,51 |
| Taxa Selic | 0,787412 | 0,028142 | 7,76 |
| Receita tributária | 0,057308 | 0,750982 | 3,93 |
| IPCA | 0,066972 | 0,725489 | 4,12 |
| Cadastro Central de empresas | 0,072709 | 0,711101 | 4,23 |
| Exportação | 0,11449 | 0,618709 | 4,86 |

Logo em seguida vem a projeção total da população com os melhores resultados, impacto explicativo de 92% e significância de 0,009. O PIB prossegue com os resultados positivos, sendo seu potencial de 89% e sua importância de 0,01. Os estudos de Vale et al. (2016) apontaram resultados positivos na observação do PIB total sendo explicado com dados do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), comprovando a importância da agricultura no desenvolvimento da nação.

O IDEB e os investimentos temporários tiveram resultados similares com R² de 0,82 e 0,79 respectivamente, sendo que seus estados significativos estão dentro dos padrões. O resultado observado no IDEB anos finais vai de acordo com o encontrado na pesquisa científica de (BEZERRA, 2019), no qual tal variável apresentou efeitos positivos para a integralidade de informações presentes nos documentos RREO e RGF. O cadastro central de empresas se mostrou insignificante, bem como as exportações com 0,07 e 0,11 respectivamente de coeficiente.

A receita tributária e o IPCA se mostraram insignificantes. Segundo Farias (2021) “Devido sua criticidade econômica em tantos setores da sociedade, a elaboração de modelos preditivos de inflação possui extrema importância na tomada de decisões.”. Porém a taxa Selic foi o que obteve resultados mais negativos entre todos já que seus impactos foram de apenas 2% e sua significância correspondeu a 0,78. Nos estudos de Albuquerque et al. (2017) a Taxa Selic também não se mostrou significativa, e não foi selecionada para compor o modelo de regressão final global.

Análises de regressão simples, variável dependente despesa paga

A partir dos dados da tabela 4 observasse que a projeção populacional afeta a quantidade de despesas pagas de forma superior a todas as demais variáveis explicativas, ou seja, quanto maior a população, maior será a despesa paga. Seu impacto explicativo está em 88%.

Tabela 4: Regressão simples da despesa paga.

| Variáveis Independentes | Significância | R- Quadrado | Erro Padrão |
|-------------------------|---------------|-------------|-------------|
| Projeção da população | 0,017699 | 0,882666 | 2,43 |
| Despesa com Saúde | 0,04721 | 0,779627 | 3,33 |
| Despesa com pessoal | 0,029812 | 0,835641 | 2,88 |
| IDEB | 0,052651 | 0,763911 | 3,45 |
| Despesa para MDE | 0,173625 | 0,512832 | 4,96 |
| Créditos Adicionais | 0,162325 | 0,531384 | 4,86 |
| Importações | 0,397814 | 0,243873 | 6,18 |
| Amortização da dívida | 0,384002 | 0,256403 | 6,12 |
| IPCA | 0,107463 | 0,632984 | 4,3 |
| Restos a pagar | 0,091825 | 0,666436 | 4,1 |

A despesa com pessoal vem em seguida como variável de maior influência na despesa paga, tendo em vista que ela possui coeficiente explicativo de 83% e significância de 0,03. Nos estudos de Siqueira (2020) a despesa com pessoal obteve insignificância de 0,22 em relação a análise de capacidade de pagamento para operações de créditos da Secretaria do Tesouro Nacional para entes subnacionais.

A despesa com saúde deu prosseguimento aos índices de peso na despesa paga, com indicador elucidativo de 0,78. Os estudos de Cruz et al. (2022) a partir da análise de regressão chegaram à conclusão de que os municípios de menor porte, com menos habitante vem aumentando o valor das despesas públicas gastas com saúde. O IDEB se mostrou na média dos padrões deste modelo de regressão, com exatamente 0,05 de significância, esclarecendo a despesa em 76%.

Em contrapartida pode-se analisar a grande insignificância (0,17) da despesa com Manutenção e Desenvolvimento da Educação no total de despesas pagas. A educação é fundamental para o desenvolvimento de uma nação, porém não está incluída de forma significativa da despesa total. Tais resultados vão de encontro ao observado nos estudos de Crozatti et al. (2018) onde o conjunto das despesas com educação se mostraram insignificantes em relação a variável dependente IDEB.

A amortização da dívida interna e externa também não está dentre as prioridades da despesa total, já que é possível observa a total insignificância (0,38) deste componente da despesa total. Além destes, ficou fora dos padrões os restos a pagar e créditos adicionais, levando a conclusão de que o orçamento previsto tem sido relativamente suficiente, não sendo necessário de forma significativa recorrer a meios de ajuste ou pagar pendências de exercícios passados. Nos estudos de Cavichioli et al. (2018) os créditos adicionais como variáveis dependentes foram explicados pelo indicador da execução orçamentária corrente.

Pode-se analisar por fim, que as importações e a inflação (IPCA) não apresentaram influência relevante no montante das despesas, com significações de 0,39 e 0,10 respectivamente. Então, a partir da análise feita pressupõe-se que quanto maior o número de habitantes maior será a despesa. Sendo seu montante influenciado essencialmente neste modelo de regressão a partir das despesas com pessoal seguida

das despesas com saúde.

Ficando de lado em relação ao montante de dispêndios, as despesas com educação e amortização da dívida interna e externa. Além da pouca influência de créditos adicionais, restos a pagar e IPCA, pressupondo o comprimento relativo do orçamento e a inflação como coeficiente insignificante.

Análise Descritiva

Pode-se observar de acordo com a tabela 5, as médias de todos os valores os utilizados nessa pesquisa mediante análise descritiva. Dentre os resultados, observa-se o equilíbrio orçamentário entre receitas e despesas, faltando em média 8% para os dispêndios atingirem o total da receita, tendo em vista que os ingressos corresponderam em média há 3.290.068.465,00 e os dispêndios há 3.042.392.049,00 reais.

Tabela 5: Análise Descritiva.

| | Média | D.P. | Mínimo | Máximo |
|------------------------------|-------------|-------------|------------|------------|
| Receita realizada | 3290068465 | 681323289 | 2568608879 | 4280212526 |
| Despesa paga | 3042392049 | 615030274,5 | 2483711771 | 3861162269 |
| PIB | 7,42517 | 7,84022 | 6,58548 | 8,67949 |
| População | 210104019,4 | 2575448,243 | 206804741 | 213317639 |
| IDEB | 4,86 | 0,167332 | 4,7 | 5,1 |
| Investimentos | 24667442 | 17975009 | 10165000 | 54527000 |
| Commodities agro | 257,392 | 94,1912 | 173,02 | 409,88 |
| Taxa Selic | 0,0575 | 0,027363 | 0,019 | 0,0915 |
| Receita tributária | 549105395,2 | 94888725,49 | 464985976 | 710745000 |
| IPCA | 5,204 | 2,698338 | 3,69 | 10,01 |
| Cadastro Central de empresas | 5748445,2 | 253862,935 | 5447946 | 5989353 |
| Exportação | 2,14079 | 28782139535 | 1,92375 | 2,63823 |
| Despesa com saúde | 120175898 | 4749167,197 | 114700610 | 127033240 |
| Despesa com pessoal | 330241895,8 | 19138475,77 | 304824645 | 352185177 |
| Despesa para MDE | 78071081 | 12981436 | 68277990 | 99895826 |
| Créditos adicionais | 198111,4 | 260140,6735 | 23498 | 634225 |
| Importações | 1,66862 | 23041985950 | 1,45151 | 2,017 |
| Amortização da dívida | 93135278 | 206555671,2 | 448254 | 462632658 |
| Restos a pagar | 44921169,8 | 22243699,86 | 18695350 | 64464588 |

O IDEB anos finais demonstra média de 4,8, o que indica um nível abaixo do ideal, já que sua nota vai de escala de 0 a 10, medindo a qualidade da educação brasileira. Os estudos de Sousa et al. (2012), também detectaram IDEB fora do padrão, apontando que não há relação entre a qualidade dos gastos com educação e o IDEB.

A receita tributária foi de 549.105.395,20, o que corresponde há 16% em média na composição da receita total. Já os valores investidos foram em média 24.667.442,00 reais, valor relativamente baixo, considerando o potencial da máquina pública, e que poderia ser maior para que houvesse maior geração de receita para o governo federal.

A despesa com pessoal foi de 330.241.895,80, superior a todas as demais em estudo. Maior inclusive que os dispêndios com saúde que foram de 120.175.898,00, o que resulta em uma diferença de 210.065.997,00 a menos em relação a despesa com pessoal. Tais resultados vão de encontro aos estudos de Andrade et al. (2018), em que a despesa com pessoal também se destacou em relação as demais. Cabe destacar por fim, dentre as médias encontradas, as despesas com educação que teve a menor média quando

comparado com as demais, correspondendo há 78.071.081 apenas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo comprovou a discrepância do previsto para o executado nos ingressos e dispêndios públicos. Além da influência de variáveis socioeconômicas sobre as despesas pagas e receitas realizadas, bem como o equilíbrio orçamentário destas quase em desequilíbrio, no âmbito do Governo Federal no período de 2017 a 2021.

Conforme os resultados encontrados, observa-se que a receita realizada por três anos consecutivos não atingiu o que havia sido previsto, no entanto em 2020 e 2021 houve um excesso de arrecadação de 3% e 2% respectivamente.

Sendo que, ao analisar a receita realizada pela modelo de regressão, foi visto a variável econômica commodities agropecuárias como justificativa bastante coesa para as mudanças de comportamento dos ingressos, constatando o agronegócio como fator determinante. Além desta, o indicador socioeconômico projeção total da população total também demonstrou com segurança o seu impacto, já que quanto maior a população maior a receita pública.

Pode se perceber também a influência da produção interna nacional no montante de receitas auferidas aos cofres públicos, bem como o desenvolvimento da educação anos finais nesse processo, além da quantidade monetária empregada em investimentos. No que se refere às despesas observa-se que esta nunca atingira o limite de gastos, esse fato pode ser associado a eficiência na gestão dos gastos ou o não cumprimento das necessidades populacionais.

A quantidade populacional é o elemento mais relevante para a despesa nesse estudo. Como segundo fator de maior influência na despesa paga, observasse as despesas com folha de pagamento e encargos de forma extraordinária. De fato, o peso da folha de salários tem abrangido muito mais o orçamento do que despesas mais essenciais como saúde e educação. O desenvolvimento educacional nesse aspecto mostrou influência mediana.

Nos anos de 2017 a 2021, de forma mediana o confronto entre receitas realizadas e despesas pagas mostrou-se em equilíbrio, no entanto quase entrando em desequilíbrio, tendo em vista que restava apenas 8% para despesa ultrapassar a receita.

Portanto, foi possível obter respostas para a problemática levantada nesse estudo e atingir o objetivo geral, pois é visível que o orçamento público não possui uma excelente sistemática de controle interno de receitas e despesas públicas, já que na maioria das vezes as metas não são atingidas e o equilíbrio orçamentário que se tem em média nos anos de estudo está quase entrando em desequilíbrio. E constatou-se que existem fatores externos influenciando no processo de controle. Houve o levantamento de dados e a aplicação dos mecanismos de análise também nesta pesquisa, portanto os objetivos específicos também foram contemplados.

Durante a pesquisa foi percebido também fatores internos exercendo alterações no cumprimento

de padrões, apesar dos fatores internos não serem exatamente o foco desse estudo orçamentário. Já que as despesas com salários se destacaram como impacto justificativo das despesas pagas, comprovando que decisões dos próprios gestores, ao decidirem gerar mais vínculos empregatícios e dentre outras ações, tem também muita relevância no processo de controle e gestão de recursos.

Diante do exposto, é perceptível a necessidade de replanejamento diante da realidade existente, mediante ajustes conforme o ambiente e correções de variáveis que ocasionam desvios prejudiciais. De fato, o processo gerencial do controle interno é algo desafiador constituído de um constante construir e reconstruir ações a partir de um prévio estudo e análise.

Mediante o estudo foi possível contribuir para a literatura relacionada ao tema e para o processo gestão por meio das informações obtidas, ficando a sugestão para futuros estudos incluírem a suas ferramentas de análise, a correlação de Person para uma observação mais concreta. Além disso, a inclusão de mais variáveis internas independentes, também seria algo interessante de se acrescentar.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, P. H. M.; MEDINA, F. A. S.; SILVA, A. R.. Regressão logística geograficamente ponderada aplicada a modelos de credit scoring. **Revista Contabilidade & Finanças**, v.28, p.93-112, 2017.

ANDRADE, D. A.; SANTOS, R. K. S.; SILVA, P. Z. P.; RUFINO, M. A.. Uma análise do comportamento das receitas e despesas do município de Nova Cruz/RN. **Revista de Ensino e Pesquisa em Administração e Engenharia**, v.3, n.2, p.317-342, 2017.

AREIAS, A. A.. Estudo de caso sobre o balanço orçamentário de uma prefeitura da região Sul de Minas Gerais. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**, p.10-25, 2022.

BEZERRA, S. M.. **Condições sociodemográficas e socioeconômicas na tempestividade e integralidade de RREO e RGF dos municípios do Piauí**. Dissertação (Mestrado em Finanças e Mercado Financeiro) – Fundação de Pesquisa e Ensino, Vitória, 2021.

BRASIL. **Lei nº 101 de 4 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília: DOU, 2000.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: DOU, 1988.

BRASIL. **Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964**. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Diário Oficial da União, Brasília: DOU, 1964.

BRASIL. Tesouro Nacional. **Balanco Geral da União 2018**: 04 abril 2019. Brasília: DOU, 2019.

BRASIL. Tesouro Nacional. **Balanco Geral da União 2022**: 04 abril 2022. Brasília: DOU, 2022.

BRASIL. Tesouro Nacional. **Balanco Geral da União 2020**: 05

abril 2021. Brasília: DOU, 2020.

BRASIL. Tesouro Nacional. **Balanco Geral da União 2019**: 06 abril 2020. Brasília: DOU, 2020.

BRASIL. Tesouro Nacional. **Balanco Geral da União 2017**: 20 abril 2018. Brasília: DOU, 2018.

BRASIL. Tesouro Nacional. **Relatório Resumida de Execução Orçamentária 2017**: 28 janeiro 2018. Brasília: DOU, 2018.

BRASIL. Tesouro Nacional. **Relatório Resumida de Execução Orçamentária 2018**: 30 janeiro 2019. Brasília: DOU, 2019.

BRASIL. Tesouro Nacional. **Relatório Resumida de Execução Orçamentária 2019**: 30 janeiro 2020. Brasília: DOU, 2020.

BRASIL. Tesouro Nacional. **Relatório Resumida de Execução Orçamentária 2020**: 29 janeiro 2021. Brasília: DOU, 2021

BRASIL. Tesouro Nacional. **Relatório Resumida de Execução Orçamentária 2022**: 28 janeiro 2022. Brasília: DOU, 2022.

CAVICHIOLO, D.; SANTOS, K. P.; TOIGO, L. A.; FIRSI, C.. Determinantes para abertura de créditos adicionais: um estudo com municípios paranaenses. **RIC**, v.12, n.2, p.47, 2018.

CFC. Conselho Federal de Contabilidade. **Contabilidade aplicada ao setor público**: resolução CFC nº 1.128/08. 5 ed. Brasília: CFC, 2013.

CONTI, J. M.; CARVALHO, A. C.. O controle interno na administração pública brasileira: qualidade do gasto público e responsabilidade fiscal. **Direito Público**, v.8, n.37, 2011.

CROZATTI, J.; SILVA, C. E. O.; MAHLMEISTER, R. S.; MACHADO, G. S.; FERREIRA, F. A.; SERPA, A. M.. O gasto orçamentário dos municípios paulistas na educação fundamental: avaliação do elemento de despesa e o IDEB de 2008 a 2017. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS. **Anais**.

2018.

CRUZ, W. G. N.; BARROS, R. D.; SOUZA, L. E. P. F.. Financiamento da saúde e dependência fiscal dos municípios brasileiros entre 2004 e 2019. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.27, p.2459-2469, 2022.

FARIAS, D. T.. **Análise da capacidade preditiva de modelos de regularização aplicado ao IPCA**. 2021.

GIL, A. C.. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 2017.

LIMA FILHO, S. S.; MARTINS, G. D.; PEIXE, B. C. S.. Compras públicas para enfrentamento da Covid-19: uma análise sob a lente da teoria contingencial. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v.18, n.48, p.40-55, 2021.

LIMA FILHO, S. S.; PEIXE, B. C. S.. Despesas de exercícios anteriores: uma análise da relação com a execução do orçamento público e a eficiência na gestão de recursos. **Advances in Scientific & Applied Accounting**, v.13, n.2, 2020.

MARIONI, L. D. S.; VALE, V. D. A.; PEROBELLI, F. S.; FREGUGLIA, R. D. S.. Uma aplicação de regressão quantílica

para dados em painel do PIB e do PRONAF. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v.54, p.221-242, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/1234.56781806-947900540202>

PERES, U. D.; SANTOS, F. P.. Gasto público e desigualdade social: o orçamento do governo federal brasileiro entre 1995 e 2016. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.35, 2020.

SIQUEIRA, D. C.. **Risco de crédito**: análise da metodologia de capacidade de pagamento da Secretaria do Tesouro Nacional por meio de regressão logística. Dissertação (Mestrado em Finanças e Economia Empresarial) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2020.

SOARES, J. R.; RAUPP, F. M.; TEZZA, R.. Qualidade do gasto público nos municípios de Santa Catarina. **Contabilidade Vista & Revista**, v.32, n.3, p.165-194, 2021.

SOUZA, F. J. V. D.; MELO, M. M. D. D.; SILVA, M. C. D.; ARAÚJO, A. O.. Alocação de recursos públicos em educação nos estados brasileiros: uma análise das relações entre a eficiência dos gastos públicos com educação e o desempenho no IDEB no ano de 2009. **Revista UNIABEU**, Belford Roxo, v.5, n.11, 2012.

Os autores detêm os direitos autorais de sua obra publicada. A CBPC – Companhia Brasileira de Produção Científica (CNPJ: 11.221.422/0001-03) detêm os direitos materiais dos trabalhos publicados (obras, artigos etc.). Os direitos referem-se à publicação do trabalho em qualquer parte do mundo, incluindo os direitos às renovações, expansões e disseminações da contribuição, bem como outros direitos subsidiários. Todos os trabalhos publicados eletronicamente poderão posteriormente ser publicados em coletâneas impressas ou digitais sob coordenação da Companhia Brasileira de Produção Científica e seus parceiros autorizados. Os (as) autores (as) preservam os direitos autorais, mas não têm permissão para a publicação da contribuição em outro meio, impresso ou digital, em português ou em tradução.